

Diário do Legislativo de 12/05/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 241ª Reunião Ordinária

1.2 - Reunião de Debates

1.3 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - MANIFESTAÇÃO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 241ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 10/5/2001

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila, Márcio Kangussu e Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.531 a 1.533/2001 - Requerimentos nºs 2.195 a 2.210/2001 - Requerimentos dos Deputados Luiz Tadeu Leite, Dinis Pinheiro, Ivair Nogueira e outros, Pastor George e Luiz Menezes - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública e de Transporte - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Luiz Menezes, Sebastião Costa, Durval Ângelo e Márcio Cunha - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Questão de ordem - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Luiz Menezes, Pastor George, Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira e outros; deferimento - Requerimento do Deputado João Leite; deferimento; discurso do Deputado Amílcar Martins - Questão de ordem; discursos dos Deputados Kemil Kumaira, João Leite, Amílcar Martins e João Paulo; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adatao - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Álvaro Antônio, 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Dos Srs. Doorgal Gustavo Borges de Andrada, da Associação dos Magistrados Brasileiros; Valter de Paula, Oficial de Justiça da Comarca de Betim; do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado; de serventuários da Justiça da Comarca de Belo Horizonte - Vara da Infância e da Juventude, 32ª Vara Cível e 9ª Vara de Família; de serventuários da Justiça das Comarcas de Rio Paranaíba, Além Paraíba, Contagem, Prata, Alpinópolis, Monte Belo, Corinto, Estrela do Sul, Mar de Espanha, Montes Claros, Lavras, Sabará, Espinosa, Passa-Tempo, Ubá, Machado, Brumadinho e Sabinópolis, solicitando a derrubada do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 66. (- Anexem-se ao Veto à Proposição de Lei Complementar nº 66.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Kangussu) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei Nº 1.531/2001

Declara de utilidade pública a Associação Novo Estilo de Vida-Viver Feliz, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Novo Estilo de Vida-Viver Feliz, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2001.

Bilac Pinto

Justificação: A Associação Novo Estilo de Vida-Viver Feliz, sem fins lucrativos, tem como objetivo primordial a formação da consciência da cidadania em relação à saúde da coletividade. Preocupa-se, assim, com os problemas ecológicos e procura educar o cidadão para a importância do uso de meio alternativos no tratamento e na prevenção de doenças.

Pelos bons serviços prestados à coletividade e pelo atendimento aos requisitos legais, contamos com a anuência dos nobres colegas à aprovação desta proposta.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.532/2001

Estabelece prévia autorização legislativa para a introdução e o licenciamento de novas modalidades de jogos no Estado.

Art. 1º - A implantação e o licenciamento de novas modalidades de jogos no Estado, pela Loteria do Estado de Minas Gerais, dependerá de prévia autorização legislativa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2001.

João Batista de Oliveira

Justificação: A cada dia, os mineiros vêm sendo apresentados a novas modalidades de jogos. Esses jogos, na maioria das vezes, são instituídos e operados sem nenhuma forma de controle do poder público, por pessoas ou empresas que deixam permanentemente em dúvida sua idoneidade. Assim, torna-se necessária a aprovação deste projeto de lei, que propõe o controle social sobre essas atividades, de duas formas: a exigência de prévia autorização legislativa e a preservação do monopólio da implantação e licenciamento de novos jogos para a Loteria do Estado de Minas Gerais, que sempre gozou de expressiva credibilidade junto à população mineira.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.533/2001

Torna obrigatória a inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia na grade curricular do ensino médio das escolas públicas estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A grade curricular das escolas estaduais de ensino médio observará, obrigatoriamente, a inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Educação, no prazo de cento e oitenta dias, regulamentará o disposto nesta lei, adequando o currículo do ensino médio para o ano subsequente à data da regulamentação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de maio de 2001.

José Braga

Justificação: Com a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 3.178, de 1997, teremos uma importante mudança na Lei nº 9.394, de 20/12/96, a conhecida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tal mudança, operada em seu art. 36, tornará obrigatória a inclusão das disciplinas Sociologia e Filosofia no ensino médio. No entanto, dada a flexibilidade que a própria lei estabelece para a definição dos currículos e a autonomia dos Estados frente às normas federais, somente uma previsão em lei estadual garantiria, inequivocamente, a observância em nosso Estado dos princípios insculpidos na mencionada proposição. Além disso, embora a LDB já preveja a inclusão de temas referentes a esses campos em outras disciplinas, com o objetivo expresso de que a sociologia e a filosofia concorram para a formação e o exercício da cidadania (art. 36, inciso III, da LDB), dificilmente tal disposição seria bem-sucedida sendo os conteúdos ministrados por docentes que não tivessem a formação plena e adequada para o cumprimento da tarefa, nos termos articulados pelo próprio autor do projeto de lei federal.

Assim sendo, é oportuna e adequada esta proposição, merecendo dos nobres Deputados a sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.195/2001, do Deputado Márcio Cunha, solicitando seja pedido ao Presidente do IPSEMG o envio das informações que menciona. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.196/2001, do Deputado Luiz Tadeu Leite, solicitando seja encaminhado ao Ministro da Integração Regional pedido de audiência dos Deputados mineiros que têm na área da SUDENE sua principal base eleitoral, para conhecerem o projeto de desenvolvimento que irá substituí-la.

Nº 2.197/2001, da Comissão do Trabalho, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e a Cooperativa dos Portadores de Deficiência do mesmo município, pela celebração de convênio que permitirá a inclusão de 68 portadores de deficiência no mercado de trabalho. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.198/2001, da Comissão de Administração Pública, solicitando seja enviado ofício aos Comandantes-Gerais da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para que enviem a relação completa dos militares que estiveram ou ainda estejam em licença para tratamento de saúde por período superior a 720 dias, a partir de janeiro de 1991. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.199/2001, da Comissão de Administração Pública, solicitando seja encaminhado pedido ao Governador do Estado para que envie a este Legislativo mensagem contendo projeto de lei complementar que trate do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.

Nº 2.200/2001, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal de Contas da União com vistas ao reinício imediato do asfaltamento do trecho Itacarambi - Manga - Montalvânia da BR-135.

Nº 2.201/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG e ao Comandante de Policiamento da Capital com vistas a que se tomem providências sobre as denúncias de arbitrariedades e violência que têm sido feitas contra policiais que atuam na região do aglomerado Santa Lúcia, nesta Capital.

Nº 2.202/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Secretário de Justiça, para as providências cabíveis, a denúncia de irregularidade que teria ocorrido na demissão do Agente Penitenciário Adriano Reis Pacheco, feita pelo Diretor da Colônia Penal Sebastião Satiro, no Município de Patos de Minas.

Nº 2.203/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas a que se tomem providências para solucionar o caso do preso Márcio Martins Pinheiro, que se encontra detido na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes e necessita de assistência médica.

Nº 2.204/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas a que se instale um posto da PMMG no aglomerado Santa Lúcia, nesta Capital.

Nº 2.205/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Sr. Luciano Pizzato, Deputado Federal, com vistas à realização de audiência, com os convidados mencionados, para discutir proposta de estatuto formulada por povos indígenas.

Nº 2.206/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo à Secretária Municipal de Saúde de Belo Horizonte com vistas à reabertura do posto de saúde do Alto Santa Rita, nesta Capital.

Nº 2.207/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG e ao Comandante de Policiamento da Capital com vistas a que prestem esclarecimentos a respeito de denúncia apresentada por Cleber de Sousa Clemente.

Nº 2.208/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte com vistas a que se verifique a situação legal das propriedades existentes no aglomerado Santa Lúcia, nesta Capital. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.209/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte com vistas à instalação de um PSIU no aglomerado Santa Lúcia, nesta Capital. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.210/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte e ao Presidente da COPASA-MG com vistas à conclusão das obras de saneamento básico em área do aglomerado Santa Lúcia, nesta Capital. (- À Comissão de Transporte.)

Do Deputado Luiz Tadeu Leite, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Assembléia com vistas à criação da Rádio Assembléia. (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro, Ivair Nogueira e outros, Pastor George e Luiz Menezes.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública e de Transporte.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Luiz Menezes, Sebastião Costa, Durval Ângelo e Márcio Cunha proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.199/2001, da Comissão de Administração Pública, 2.200/2001, da Comissão de Transporte, e 2.201 a 2.207/2001, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Questão de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistentes das galerias, telespectadores da TV Assembléia, recebi um grupo de pessoas que, no último fim de semana, visitou a cidade de Uberaba e assistiu a sua exposição. Desse grupo, três pessoas acidentaram-se no trecho Pará de Minas-Betim, devido à má conservação das estradas. Queremos, em nome desse grupo, solicitar ao DNER e ao DER que realizem, rapidamente, uma operação tapa-buracos no trecho próximo a Pará de Minas, porque muitos veículos estão sendo danificados, o que causa atraso nas viagens.

Solicito ao DNER e ao DER que resolvam o problema, melhorando o trecho de Betim, na BR-262 e na BR-381, em direção ao Triângulo Mineiro. Voltarei a esta tribuna para cobrar da fiscalização os problemas da adulteração de combustíveis, que muito nos prejudica pelos malefícios que causa aos consumidores, e da sonegação do ICMS, que causa enriquecimento ilícito. Sr. Presidente, agradeço-lhe a oportunidade de me manifestar.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas pelas Comissões de Transporte - aprovação, na 69ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 2.078/2001 e 2.082/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.085/2001, do Deputado Wanderley Ávila; 2.095/2001 e 2.146/2001, do Deputado Kemil Kumaira; 2.156/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.166/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 2.167/2001, do Deputado Eduardo Hermeto; 2.169/2001, do Deputado Pedro Pinduca; e 2.171/2001, do Deputado Durval Ângelo; e de Administração Pública - aprovação, na 59ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 2.120/2001, do Deputado Kemil Kumaira, 2.126/2001, do Deputado Marco Régis; 2.141 e 2.142/2001, do Deputado Chico Rafael (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Luiz Menezes, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 1.481/2001 encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer; Pastor George, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 1.460/2001 encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer; e Dinis Pinheiro, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 1.464/2001 encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer; e defere, ainda, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, deixando para fixar a data em outra oportunidade, requerimento do Deputado Ivair Nogueira e outros, em que solicitam a realização de reunião especial em comemoração aos 25 anos de implantação da Fiat Automóveis S.A. em Betim.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Amílcar Martins. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Amílcar Martins.

- O Deputado Amílcar Martins profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, gostaria, se fosse possível, que não se colocasse o assunto nos mesmos termos em que ontem o Deputado Durval Ângelo colocou, solicitando atenção de todos os parlamentares - e eu o adverti pela incorreção da proposta. Mas, se tivesse oportunidade de ser homenageado pelos Deputados Amílcar Martins e Kemil Kumaira, ficaria agradecido. Vejo que fazem parte da Oposição dois parlamentares da melhor qualidade, com experiência vasta e que têm efetivamente contribuído para o desenvolvimento dos nossos trabalhos neste parlamento. Mas o Deputado Kemil Kumaira, ainda há pouco, disse nesse microfone que, eventualmente, nós, da base de sustentação do Governo, acabamos confundindo a oposição que se faz ao Governo com questões de caráter pessoal que se levantam contra o Governador. Quero dizer que, em nenhum momento, faço esse tipo de confusão. Nem tenho procuração do Governador para defendê-lo. Não defenderia nem o Governo, porque sou simplesmente um Deputado da base de sustentação do Governo do Estado na Casa.

Por inúmeras vezes vi, com tristeza, a Oposição, através de seus muitos e dedicados parlamentares, fazer um revezamento naquela tribuna, para obstruir a votação. Fazem discursos que constituem verdadeiras pérolas; vemos parlamentares brilhantes que, às vezes, deixam de observar as suas próprias condições, sobem à tribuna querendo fazer obstrução e não encontram argumentação para isso.

Às vezes, não aguentando mais essa situação, deixamos o Plenário, quando, então, pedem a recomposição de quórum ou o encerramento da reunião. Mas, Sr. Presidente, fazem esse revezamento para obstruir o quê? De vez em quando, nas peregrinações que faço pelos quadrantes do Estado, ouço observações a respeito de algum parlamentar. Dizem que vêem um Deputado falando apenas para manifestar a sua chatura, porque se vê que não há argumentação, e indagam por que não intervimos.

Explicamos que não intervimos para não fazer o jogo deles e, involuntariamente, acabar somando tempo para a obstrução. Sr. Presidente, o Deputado João Leite encontra-se presente, e estou falando com as galerias vazias em relação ao que poderia ser no dia de ontem ou outros dias, porque, na realidade, queria convidar a Oposição a refletir sobre essa postura. Estão fazendo a "obstrução do tiro no pé", a obstrução do suicídio. Todos sabemos que a Assembléia está empanturrada de projetos nossos, de autoria dos Deputados. Contra quem estamos fazendo essa oposição? O Governador? Mas acabamos atingindo a nós mesmos, à Assembléia Legislativa, e, mais do que isso, à sociedade mineira. Temos muitos projetos de interesse da sociedade. Os Deputados de Oposição também os têm e, certamente, gostariam que fossem aprovados. Conheço vários projetos de autoria de Deputados da Oposição aos quais quero votar favoravelmente.

Sr. Presidente, reitero o que disse: a Oposição tem feito, até agora, a "obstrução do tiro no pé", do suicídio político, a obstrução politicamente incorreta e inadequada. Todos esses Deputados são muito mais inteligentes e experientes do que eu, mas não poderia deixar de emitir a minha opinião. Gostaria que os parlamentares de Oposição refletissem para chegar a um entendimento e à seguinte conclusão: estão se opondo, na realidade, aos interesses do povo de Minas Gerais. Se assim não agissem, estaríamos votando os nossos projetos, que são extremamente importantes.

É essa a reflexão que quero deixar para a Oposição fazer, para que desobstruamos a pauta para votar nossos próprios projetos e os projetos do Governo. Para que possamos, de maneira mais adequada, atender aos relevantes interesses da sociedade de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Kemil Kumaira.

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, apesar do respeito que tenho pelo Deputado João Paulo, figura ímpar que aprendi a admirar quando ainda era Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte - acompanhei a sua trajetória política, que sempre primou pela ética, pela moral, pelos bons princípios, pela competência e pelo trabalho -, não posso concordar com ele quando faz um pronunciamento lamentando a posição que nós, da bancada oposicionista, estamos tomando no Plenário desta Casa. Na verdade, não compreendi isso, já que o Deputado João Paulo é um democrata. Não se fala em democracia sem oposição; não existe democracia sem oposição. O lugar do partido único é nos países totalitários, onde há ditadura. Nós, da Oposição, temos o direito de nos colocar com a nossa voz, com a nossa modesta inteligência, em defesa de princípios que, muitas vezes, não são os mesmos daqueles que defendem o atual Governo.

O ilustre Deputado Amilcar Martins se referiu, na reunião de hoje, a uma relação de usinas hidrelétricas cuja construção está sendo anunciada como realização do Governo do Estado, quando, na verdade, estão sendo construídas apenas três. A quem cabe dizer isso para o povo? Não é à Oposição? Ou será que basta o Governo pagar a imprensa para publicar o que quiser? Essa é a democracia que queremos no Estado?

Sr. Presidente, com todo respeito e toda admiração pelo Deputado João Paulo, quero dizer-lhe que nós, da Oposição, mesmo criticados e mal-entendidos, viremos sempre, com nossa voz e modesta inteligência, demonstrar aqui nossa insatisfação com o Governo do Estado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, nesta tarde, depois do brilhante pronunciamento do Deputado Amilcar Martins, repleto de dados, provavelmente devido à sua formação de historiador, sempre preocupado em acompanhar a argumentação com números que comprovem a veracidade das afirmativas, e da manifestação de um dos Líderes da Oposição, Deputado Kemil Kumaira, ex-Presidente da Assembléia Legislativa e homem que teve firme atuação à época da ditadura, lutando contra os Governos militares, assim como o Deputado Amilcar Martins, gostaria de fazer uma reflexão neste Plenário: a lógica do parlamento é votar? Devemos sempre votar o que está na pauta? Será que o parlamento não deve discutir? Devemos esgotar um processo legislativo sem discussão com a sociedade ou entre as bancadas? Essa é a lógica que deve prevalecer no parlamento? Não.

As discussões são fundamentais. Às vezes, fala-se em obstrução como algo próximo ao crime, mas, na verdade, esse é um instrumento da democracia que permite a participação da minoria, que deve ser respeitada nesse sistema. Aqueles que entraram pelo caminho de desrespeito às minorias foram responsáveis pelos momentos mais tristes da história da humanidade. A Minoria tem que ter direito à manifestação, o qual é garantido pela obstrução.

Discutindo, com a presença das oposições, tivemos a oportunidade de acompanhar um projeto do Governo do Estado, que aqui chegou em novembro de 2000, com o objetivo de extinguir o Fundo SOMMA. O PSDB, o PFL e o PT não abriram mão de discutir o projeto, assim como vários Deputados da base de Governo apresentaram suas sugestões. Esse projeto foi, então, votado recentemente, mas com um texto que interessava à população do Estado e que, de início, extinguiu o Fundo SOMMA, uma política de saneamento básico tão importante para todos nós neste momento de epidemias; ou seja, com o debate e a participação conseguimos transformar o projeto em uma possibilidade de política de saneamento básico para Minas Gerais. Lamentavelmente, ontem à noite assistimos a como destruir um trabalho, sem parlamentar, sem discutir, sem obstruir e sem argumentar. Isso aconteceu ao votarmos algo que 180 municípios estiveram discutindo na Assembléia Legislativa. Trata-se da discussão de uma política de segurança para o Estado. O Deputado João Paulo o acompanhou, juntamente com outros Deputados. Mas, ontem à noite, perdemos todo esse trabalho elaborado junto com a sociedade de Minas Gerais. Por isso, nego-me a aceitar que não vá mais fazer obstrução, buscando contribuir com a população, em Plenário, com relação aos diversos projetos que tramitam nesta Casa, com todo o respeito e carinho que tenho pelo ex-Presidente da Câmara de Vereadores, Deputado João Paulo. Esse é o instrumento da democracia. Na Câmara, quando João Paulo era Presidente, esse espaço da Oposição era garantido. Essa ansiedade do Deputado João Paulo para votar não pode tirar a possibilidade de contribuição que tem para dar e que nós, da Oposição, também temos para oferecer. Desejamos cumprir o nosso papel. A nossa parte não foi reservada por mim. Gostaria que meu partido tivesse vencido as eleições, mas a população deu a vitória a outro partido. Disse ao meu partido, o PSDB: "Vocês têm de ser oposição a todo o momento". Estamos cumprindo o nosso papel democrático. Obrigado.

O Deputado Amilcar Martins - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Amilcar Martins.

O Deputado Amilcar Martins - Obrigado. Sigo na mesma linha dos dois brilhantes pronunciamentos anteriores, desse grande Deputado, ex-Presidente desta Casa, Deputado Kemil Kumaira, e do meu Líder, Deputado João Leite, que já resumiram fundamentalmente todos os argumentos. Qual o papel da Oposição na democracia? É fundamental. O parlamentar tem a função de elaborar e votar as leis, mas tem também a função constitucional e o compromisso de fiscalizar o Poder Executivo, sobretudo nós, da Oposição. O estabelecimento do contraditório é parte fundamental da democracia. Ao Deputado João Paulo também presto homenagem como meu colega na Câmara e amigo pessoal, que me sucedeu na Presidência da Câmara Municipal. Tenho enorme respeito pela sua elegância e ponderação, sempre correto em suas posições, mas não posso concordar com o que foi dito, porque o Deputado João Paulo, que é jurista, sabe muito bem que o pilar fundamental da democracia e do direito é o estabelecimento do contraditório. Temos procurado fazer isso aqui. Por isso, conseguimos evitar que muito dinheiro público fosse desperdiçado neste Estado, quando o Deputado João Leite e eu denunciávamos a falcatura que estava em curso na ADEMG e quando denunciávamos vários outros casos de corrupção no Governo do Estado. Neste Governo não falta denúncia de corrupção. Não estamos conseguindo acompanhar. Tenho três ou quatro pronunciamentos acumulados para fazer, devido à dificuldade de espaço para ocupar a tribuna, em vista das questões que estão sendo levantadas com relação ao atual Governo. Temos cumprido o nosso papel, e o Deputado João Leite lembrou que, com muita propriedade, exercemos esse nosso papel de obstruir para que se chegasse a uma tentativa de consenso com relação ao Projeto SOMMA, que conseguimos aperfeiçoar de maneira fundamental. Esse aperfeiçoamento foi reconhecido pelo próprio Governo. Os técnicos do BDMG reconhecem que o projeto mudou da água para o vinho. O primeiro projeto, pura e simplesmente, extinguiu o Fundo SOMMA, e o Governo se apropriava do dinheiro para inteirar o pagamento do 13º salário dos funcionários públicos do Estado. Da forma como está, asseguramos que esse dinheiro reverterá para capitalizar o BDMG, a fim de que continue cumprindo seu papel de saneamento e modernização administrativa dos municípios. O Deputado João Paulo sabe bem disso porque foi o brilhante relator da CPI do Fundo SOMMA.

Finalmente, Deputado João Paulo, digo-lhe que é quase uma ironia que V. Exa. faça esse pronunciamento, em seguida a um pronunciamento meu, na tribuna da Assembléia, em que, de maneira serena e equilibrada, apresento dados que, volto a dizer, estão à disposição de todos, para serem criticados ou contestados. São dados absolutamente sérios. Denunciei que o Governo de Minas está mentindo, fazendo uma campanha de R\$800.000,00 para mentir na mídia nacional. Não estão sendo construídas nove usinas hidrelétricas em Minas Gerais. Estão sendo construídas três usinas hidrelétricas. Não é verdade o que o Governo está falando sobre Irapé, não é verdade que apenas Minas está investindo em geração de energia quando o resto do Brasil nada investe. Minas Gerais, numa projeção de 2000 a 2002, participará com apenas 2,8% do total que estará sendo acrescentado na geração de energia

elétrica. De mais de 6.000mW, Minas Gerais participa com 172mW. Esses são os dados colocados para a análise, o escrutínio e a crítica de todos.

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado João Paulo.

O Deputado João Paulo - Aproveitando o clima de amenidade que estamos vivenciando neste Plenário e a generosidade de V. Exa., volto para falar que foi dito que a lógica do parlamento não pode ser a de votar. Mas sei que a lógica do parlamento não pode ser a de não votar, e é isso que a sociedade e os meios de comunicação estão questionando.

Foi questionada, nos primeiros meses deste ano, a postura da Assembléia, ao não votar nada. Acusaram a base do Governo e a Mesa Diretora de estar exercitando a ditadura, de não permitir a livre movimentação da Oposição. E essa movimentação, essa obstrução, empurrava a Assembléia para eternizar sua postura de indolência, de não votar, de apenas debater reiteradamente. Acusavam-nos de praticar a ditadura da maioria, quando o que acontecia era a ditadura da minoria, travando a pauta, com discursos repetitivos, provocando obstrução. Ninguém nega a inteligência, a contribuição efetiva e positiva da Oposição. Sou o primeiro a reconhecer isso e tenho uma facilidade monstruosa para conviver com a Oposição. O Deputado Amílcar Martins, de quem me alegro em ser amigo é um opositor de há muito, e ele não deixa por menos. É um opositor implacável, um amigo a quem prezo muito, respeito e que tem dado - não só ele, mas também todos os parlamentares da Oposição - contribuição muito importante a este parlamento.

Ontem vivemos um dia peculiar. Lancei uma pilhéria e a repito agora. Existe um programa na TV do qual participam alguns universitários no intuito de ajudar os entrevistados. É um programa de perguntas e respostas. Não raramente, vemos a pessoa que participa do programa recorrer aos universitários em busca de ajuda. A pessoa diz que, para responder a determinada pergunta, vai precisar da ajuda dos universitários. Foi exatamente o que ocorreu aqui. A Assembléia, ontem, teve ajuda dos universitários e conseguiu aprovar todos os vetos que estavam na pauta. Pessoalmente, achei que foi um exagero, a julgar pelo diapasão em que caminhávamos desde o início do ano, sem votar muita coisa e, ontem, votamos uma batelada de vetos. Isso ocorreu com o apoio dos universitários da UEMG que aqui estiveram e retornam hoje e de outras categorias que também estiveram aqui, como os Oficiais de Justiça. Pode haver quem ache que a instituição poderia ter-se comportado melhor com relação aos vetos, mas fizemos o que foi possível. Os vetos da UEMG estão na pauta para ser votados oportunamente.

Caro Presidente, reitero minha posição: não se pode fazer a obstrução do "tiro no pé". É democrático? É. Sou um democrata, vivi o tempo todo na Oposição. É importante que haja oposição, mas é preciso que seja dirigida ao Governo, não à sociedade. O que estávamos fazendo era oposição aos interesses da sociedade, uma vez que a Assembléia não votava nada. Era um movimento suicida. A Oposição e a Situação estavam-se dando abraço de afogado, e ninguém ganhava. Era obstrução do perde-perde. Mas essa oposição pode ser do ganha-ganha, inclusive com obstrução.

Sou um democrata, respeito e acho que a instituição da Oposição presta uma contribuição enorme, mas é preciso identificar o momento em que se está exagerando, para não se dar o "tiro no pé", que gostaria que fosse evitado. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Quero, apenas, esclarecer à opinião pública de Minas que a Oposição esteve presente, com a maioria de seus integrantes, em todas as reuniões deste ano. Se não houve maior número de votações é porque a base de apoio do Governo não compareceu, como deveria. Todos sabem que o Governo, numericamente, tem, em sua base de apoio, mais de 50 parlamentares. Ontem, sim, sua base, talvez, tenha recebido o apoio dos universitários para comparecer, porque, comparecendo, a Oposição jamais impediu votação nesta Casa.

Durante esse tempo, tentamos convencer o Governo de que tinha de ter em Plenário o número de parlamentares porque a Oposição jamais assumira o compromisso de votar favoravelmente a nenhum de seus vetos. O Governo, com mais de 50 Deputados, tem facilidade enorme para obter 39 votos quando quer derrubar seu próprio veto. Com menos que isso, a Oposição se insurgia para não permitir que a votação se concretizasse sem o número necessário. Nessas condições, como nós, da Oposição, poderíamos, com 20 ou 25 parlamentares, derrubar um veto neste Plenário? A nossa luta é derrubar o veto da UEMG e da UNIMONTES, que ficou para a semana que vem, com a concordância do representante dos alunos, do Líder do Governo e da Mesa Diretora dos trabalhos. E isso para que o Governo possa, nesses oito dias, continuar a reflexão sobre a escola e o ensino superior no Estado. Talvez, nos próximos dias, chegue a mensagem anunciada pelo Líder do Governo, que disse que o Governo não concordaria com aquela proposição no orçamento, mas enviaria mensagem regulamentando o funcionamento da UEMG e da UNIMONTES.

Depois disso, tomamos conhecimento de uma ação de inconstitucionalidade proposta pelo Governo contra aquela emenda constitucional promulgada neste Plenário. Parece que ele está refletindo para pior. Ao invés de refletir e evoluir, está retrocedendo.

Pergunto à opinião pública e à base de apoio: é certo um governo que tem estrutura relativamente cara, nomeia o Reitor e seus auxiliares, compõe toda uma estrutura, e, depois, não destina recursos para o funcionamento da universidade? Para que ter estrutura de primeiro escalão, se não consegue atingir o elemento fim, que é a educação, o estudante, a valorização do corpo docente da UEMG?

Enfim, a nossa preocupação consiste nisso. Não estamos aqui para agradar ao Governo, mas à sociedade, para cobrar coerência, cumprir um dever. Estamos hoje, estaremos amanhã, na próxima semana, no dia que for possível, concretizando esse ideal, que é da maioria do povo.

Quero lembrar, também, que o Governo, que agora arguiu a inconstitucionalidade da proposta de emenda que destina 2%, não arguiu, no passado, a inconstitucionalidade da disposição transitória constitucional que criou a UEMG, já que, para cumpri-la, nomeou Reitor, Vice-Reitor e toda uma estrutura. Se se nomeia uma estrutura de primeiro escalão - penso -, de fato, está-se querendo dar seqüência à escola de ensino superior.

Pesquisa, ensino e educação não devem ser ação de governo, mas de Estado. E é isso que estamos buscando. Estaremos aqui, na próxima semana, com a compreensão de V. Exa., com o apoio da base do Governo, com o apoio da Oposição, numa verdadeira vitória do Poder Legislativo, numa verdadeira vitória de Minas Gerais. A derrubada do veto não será vitória da Oposição, tampouco a derrota do Governo, mas a vitória do povo de Minas Gerais.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 11, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 11/5/2001

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 14, às 20 horas.

ATA DA 38ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de redação

Às quatorze horas e trinta minutos do dia três de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Ailton Vilela e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo os dois últimos aos Deputados Amílcar Martins e Djalma Diniz, por indicação das Lideranças do PSDB e PSB, respectivamente), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui ao Deputado Ailton Vilela os Projetos de Lei nºs 1.271, 1.036, 1.130, 1.179, 1.217, 1.224, 1.239, 1.241, 1.242/2000, e ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, os Projetos de Lei nºs 1.245, 1.247, 1.248, 1.251, 1.252, 1.259, 1.260, 1.274 e 1.284/2000. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.271/2000 (relator: Deputado Ailton Vilela). Passa-se à 2ª Parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre matéria de deliberação conclusiva das comissões. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.036, 1.130, 1.179, 1.217, 1.224, 1.239, 1.241, 1.242/2000 (relator: Deputado Ailton Vilela) e 1.245, 1.247, 1.248, 1.251, 1.252, 1.259, 1.260, 1.274 e 1.284/2000 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2001.

Djalma Diniz, Presidente - Amílcar Martins - Doutor Viana.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 15/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.396/2001, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.432/2001, do Deputado Marco Régis.

Requerimento nº 2.168/2001, da Deputada Elbe Brandão.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.396/2001, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.432/2001, do Deputado Marco Régis.

Requerimento nº 2.168/2001, da Deputada Elbe Brandão.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.396/2001, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.432/2001, do Deputado Marco Régis.

Requerimento nº 2.168/2001, da Deputada Elbe Brandão.

Finalidade: apreciar a matéria da pauta e discutir com convidados, em audiência pública, o processo de falência da União de Borracha S.A. - UNISA -, com sede no Município de Contagem.

Convidados: Srs. Paulo Antônio da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha de Belo Horizonte - SINTIBOR -; Carlos Antônio Goulart Leite Júnior, advogado da UNISA e da Massa Falida; Hélio Ricardo Teixeira de Moura, Gerente da Continuidade da Massa Falida da UNISA; Paulo Pacheco de Medeiros Neto, Síndico da Massa Falida-Comissário da Empresa União Industrial de Borracha; Domingos Costa Neto, Diretor Presidente da UNISA; Wagner Costa, Diretor da UNISA; Marcos Godinho, Técnico da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG -; Ademir Lucas, Prefeito Municipal de Contagem; Leticia da Penha, Vereadora à Câmara Municipal de Contagem; Francisco José de Oliveira, Secretário da Indústria, Comércio e Turismo, e Mauro Santos Ferreira, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 58ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 15/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 53ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 16/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos relativos ao fornecimento de energia elétrica para Maringá, Rio Preto, Santa Clara e Bocaina de Minas, com a participação dos presidentes das Centrais Elétricas do Rio de Janeiro - CERJ- e CEMIG.

Convidados: Srs. Javier Villar Monteiro, Presidente da Centrais Elétricas do Rio de Janeiro - CERJ -; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG; Aloisio Vasconcelos, Diretor de Operações da CEMIG; e representantes de lideranças locais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Fábio Avelar, Márcio Cunha e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/5/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2001.

Maria Olívia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Fábio Avelar, Márcio Cunha e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2001, às 9h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se ouvirem os Presidentes da Temig Celular e da TELEMAR sobre a possibilidade de instalação do sistema de telefonia nos Distritos de Mirantão e Santo Antônio e sua expansão na sede e demais localidades de Bocaina de Minas, bem como a instalação de telefonia celular nesse município. Convidados: Srs. Marcos Paulo Pacheco; Diretor da Telemig Celular, e Ivan Ribeiro de Oliveira; Presidente da TELEMAR.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2001.

Maria Olívia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membro do Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Viana e Edson Rezende, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2001.

Maria José Haueisen, Presidente 'ad hoc'.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Diretor-Geral do IGAM

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Amílcar Martins, Dimas Rodrigues, Dinis Pinheiro, Gil Pereira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2001.

Fábio Avelar, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Paulo, Agostinho Patrús, Anderson Aduino e Bené Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2001, às 14 horas, na Câmara Municipal de Teófilo Otoni, com a finalidade de se realizar audiência pública para discutir o tema "Educação para o Consumo", com a participação de representantes da sociedade civil. Convidados: Srs. Getúlio Neiva, Prefeito Municipal de Teófilo Otoni; Northon Neiva, Presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otoni; Hélio Pedro Soares, Promotor de Justiça; Giovanni Cota Fonseca, Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL -; João Carlos Costa Ramos, Presidente da Associação Comercial; Maria Regina da Silva Lopes, Superintendente da Superintendência Regional de Ensino, e o Hênio Andrade Nogueira, advogado.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2001.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Paulo, Agostinho Patrús, Anderson Aduino e Bené Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2001, às 14 horas, na Câmara Municipal de Nanuque, com a finalidade de se realizar audiência pública para discutir o tema "Educação para o Consumo", com a participação de representantes da sociedade civil. Convidados: Srs. Jorge Luiz Miranda, Prefeito Municipal de Nanuque; Solon Ferreira da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Nanuque; Renata Barros Dacach, Promotora de Justiça; Nandes Lincoln Pessoa Romano, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL - e Presidente da Associação Comercial; Maria Regina da Silva Lopes, Superintendente da Superintendência Regional de Ensino, e Hênio Andrade Nogueira, advogado.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2001.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Paulo, Agostinho Patrús, Anderson Aduino e Bené Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/5/2001, às 13h30min, com a finalidade de se realizar audiência pública para discutir o tema "Educação para o Consumo", com a participação de representantes da sociedade civil, na Fundação Educacional de Almenara. Convidados: Srs. Manoel Francisco Alves Silva, Prefeito Municipal de Almenara; Amadeus Campos Brito, Presidente da Câmara Municipal de Almenara; Paulo Henrique Delicole e Arlen de Oliveira Fernandes, Promotores de Justiça; Alberto Viana Braga, Presidente da Associação Comercial e Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL -; Maria Clementina Brina Martins, Superintendente da Superintendência Regional de Ensino, e Hênio Andrade Nogueira, advogado.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2001.

Maria José Haueisen, Presidente.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO*

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, a seguinte manifestação:

de congratulações com a equipe de voleibol do Telemig Celular-Minas Tênis Clube e seu técnico Cebola pela campanha realizada na Liga Nacional de Vôlei Masculino (Requerimento nº 2.101/2001, do Deputado Álvaro Antônio).

* - Republicada em virtude de incorreção verificada na publicação de 11/5/2001.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/5/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nº 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

exonerando Rômulo de Souza Figueiredo do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.5-09, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativo a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Darcy Bessone para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Eduardo Oliveira Decat de Moura para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Júnia Regina Anatólio Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Laverde Cândido de Araújo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Luiz Alexandre Baracho Pires para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ney da Fonseca Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Patrícia de Melo Miziara para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rômulo Diniz Almeida Mizziara para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Ronaldo Dutra Borges para o cargo cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Sônia Cristina da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2001

CONVITE Nº 13/2001

Objeto: aquisição de condicionadores de ar tipo "split" - Licitantes vencedoras: Só Suportes & Ventiladores Ltda. (subitem 1.1) e Friominas Máquinas Representações Ltda. (subitem 1.2).

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2001

Data de julgamento da habilitação: 10/5/2001.

Objeto: contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para locação de veículos.

Licitantes habilitadas: King Automotores Ltda., Rodoviário Job Ltda., Rondave Ltda., Sublime Serviços Gerais Ltda., Empresa de Transportes Apoteose Ltda., Lokamig Rent a Car Ltda., Junior Rent a Car Ltda., Pagani Fretamentos Vip Ltda., Locamais Ltda., Lease Car Ltda. e Car Rental Systems de Minas Gerais Ltda.

Licitantes inabilitadas: Trade Rio Administração e Serviços Ltda. e Locarvel Locadora de Veículos Ltda.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2001.

Leonardo Claudino G. Boechat, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.